

# DESMISTIFICANDO OS ALIMENTOS IN NATURA, SOB O CRIVO DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

DEMYSTIFYING FOODS IN NATURA UNDER THE  
SCRUTINY OF THE PRINCIPLE OF THE BEST INTEREST  
OF THE CHILD AND ADOLESCENT

DESMITIFICANDO EN NATURA ALIMENTACIÓN, BAJO  
EL PRINCIPIO DEL INTERÉS SUPERIOR DEL NIÑO Y  
ADOLESCENTE

## SUMÁRIO:

Introdução; 1. Do princípio do melhor interesse da criança e adolescente; 2. Do direito aos alimentos aos filhos menores de idade; 3. Da compreensão à fixação dos alimentos in natura e a imposição de uma nova hermenêutica; 3.1 Dos alimentos in natura; 3.2 Da necessidade de uma nova hermenêutica em face da obrigação alimentar; Conclusão; Referências.

## RESUMO:

Este artigo promove uma análise crítica acerca do direito dos filhos menores de receberem os alimentos de seus genitores, bem como da possibilidade da fixação destes in natura. Pauta-se o estudo nos métodos hipotético-dedutivo e jurídico descritivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Com efeito, procura refletir sobre o princípio do melhor interesse da criança e adolescente inserido no contexto jurídico constitucionalizado, traçando uma melhor compreensão acerca do direito aos alimentos, e por fim, desmistificar os alimentos in natura. Des-

Como citar este artigo:  
CACHAPUZ, Rozane,  
VIEIRA, Diego.  
Desmistificando os  
alimentos in natura,  
sob o crivo  
do princípio do melhor  
interesse da criança e  
adolescente.  
Argumenta Journal  
Law, Jacarezinho – PR,  
Brasil, n. 40, 2023,  
p. 77-110

Data da submissão:  
07/02/2021

Data da aprovação:  
02/08/2022

tarte, precisa-se ultrapassar a forma simplista e limitada nas resoluções das demandas judiciais envolvendo a criança e adolescente, para que assim se consiga garantir a efetiva tutela e proteção a este grupo vulnerável.

### **ABSTRACT:**

This article promotes a critical analysis of the right of minor children to receive child support from their parents, as well as the possibility of fixing it *in natura*. The study is based on hypothetical-deductive and legal descriptive methods, using bibliographic and documentary research. Indeed, it seeks to reflect on the principle of the best interest of the child and adolescent inserted in the constitutionalized legal context, outlining a better understanding of the right to food, and finally, to demystify food *in natura*. Thus, it is necessary to go beyond the simplistic and limited way in the resolution of judicial demands involving children and adolescents, in order to guarantee effective protection for this vulnerable group.

### **RESUMEN:**

Este artículo promueve un análisis crítico del derecho de los niños menores de edad a recibir alimentos de sus padres, así como la posibilidad de fijarlos *in natura*. El estudio se basa en métodos hipotético-deductivos y descriptivos legales, utilizando investigación bibliográfica y documental. En efecto, busca reflexionar sobre el principio del interés superior del niño, niña y adolescente insertado en el contexto legal constitucionalizado, delineando una mejor comprensión del derecho a la alimentación, y finalmente, desmitificar los alimentos frescos. Por ello, es necesario superar la forma simplista y limitada en la resolución de demandas judiciales que involucran a niños, niñas y adolescentes, a fin de garantizar una protección y protección efectiva a este grupo vulnerable.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Criança e adolescente; Direitos da Personalidade; Família; Vulnerável.

### **KEYWORDS:**

Child and teenager; Personality Rights; Family; Vulnerable.

**PALABRAS CLAVE:**

Niño y adolescente; Derechos de personalidad; Familia; Vulnerable.

**INTRODUÇÃO**

Inúmeros são os conflitos de natureza familiar, e quando os genitores são separados vislumbra-se agravantes, como, por exemplo, a comunicação violenta, atitudes irresponsáveis e uma postura que em todo causa um prejuízo latente no desenvolvimento da criança e do adolescente. O pagamento dos alimentos nesta seara se apresenta como um destes comportamentos que tendem ao conflito, que causa uma animosidade entre as partes.

Quem se encontra nesta “guerra” infundada são os filhos, pessoa vulnerável e carecedora de especial e prioritária proteção. Incumbe ao Estado, por intermédio de seus agentes, pensar e repensar formas e instrumentos que tenham por finalidade a eficácia dos direitos das crianças e adolescentes, e principalmente que garantam não apenas a sobrevivência, mas a vivência, o desenvolvimento e a realização pessoal como pessoa humana, detentora de dignidade.

Mesmo que já exista um enorme arcabouço normativo que trate dos alimentos devidos à pessoa do filho, o Judiciário pátrio insiste em conceder um tratamento simplista e quase mecânico às demandas envolvendo o direito aos alimentos, bem como o quantum a ser pago pelo genitor alimentante.

Nesse sentido, partindo de uma análise doutrinária, normativa e jurisprudencial acerca dos alimentos, identifica-se a possibilidade jurídica de que estes sejam fixados in natura, forma de fixação diferente daquela paga em pecúnia. São explicitadas, assim, as nuances envolvendo os alimentos pagos aos filhos menores tendo como fundamento o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como a nova visão constitucionalizada do Direito das Famílias.

O problema investigado diz respeito ao pouco debate sobre os alimentos in natura, bem como da necessidade do repensar jurídico em face das demandas familiares, que mesmo após a sentença continuam a retornar ao Poder Judiciário em um incansável ciclo de brigas, conflitos, desrespeito e principalmente de violação aos direitos infantojuvenis. Trata-se, em verdade, da investigação acerca da desmistificação dos alimentos

in natura sob crivo do princípio melhor interesse da criança e adolescente.

A hipótese aventada cuida da possibilidade da fixação dos alimentos para além do valor em pecúnia, que pode ser vislumbrado como importante ferramenta para diminuição do conflito familiar, das brigas entre os genitores, bem como de uma maior efetividade na prestação assistencial em face da criança e/ou adolescente. Exercendo uma criatividade jurídica sobre o tema de pesquisa, visando não apenas a resolução do processo, mas uma solução jurídica que respeite os princípios constitucionais.

Para levar um melhor entendimento, o trabalho se divide em 3 (três) capítulos, o primeiro acerca do princípio do melhor interesse, o segundo aborda o instituto jurídico dos alimentos, e o terceiro e último vem no intuito de demonstrar uma melhor compreensão sobre os alimentos in natura.

Propõe-se uma reflexão sobre a forma de fixação dos alimentos, com apreciação crítica da forma de condução e resolução do processo que discuta este direito fundamental da criança e do adolescente de receberem a devida assistência material, far-se-á análise pautada no método hipotético dedutivo, utilizando-se de uma análise qualitativa, bem como em pesquisa bibliográfica e documental.

## **1. DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Inaugurou-se com o advento da Constituição Federal de 1988 o fenômeno da “constitucionalização do Direito”, e por consequência das famílias<sup>1</sup>. Elevando a família ao patamar constitucional, fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 227, CF). A constitucionalização do ramo do direito que envolve as famílias<sup>2</sup> se justifica pela real importância que este instituto tem sobre a sociedade, e sobre as pessoas de forma individual. (OLIVEIRA, 2002, p. 361). “Nenhum dispositivo processual ou normativo como um todo deve ser interpretado em descompasso com o Texto Maior, concretizando, assim, a prevalência da Constituição Federal e dos direitos fundamentais nela previstos” (CAMARGO; JACOB, 2020, p. 211).

Virgílio Afonso da Silva (2014, p. 48-49) elucida dois principais efeitos da constitucionalização, sendo eles: a) Unificação da ordem jurídica: momento em que as normas constitucionais tomaram seu posto como

fundamento comum dos diversos ramos do direito, bem como amenizou a dicotomia entre público e privado; b) Simplificação da ordem jurídica: alterando-se o eixo essencial da ordem jurídica na lei para passar a ser a constituição, que se torna a “norma de referência”.

Tema relevante para todo o direito são os princípios de ordem constitucional, que podem ser considerados leis das leis, que atualmente não servem apenas como orientações ao sistema infraconstitucional, mas exercem verdadeira função normativa e com força normativa (DIAS, 2017a, p. 46). Os princípios constitucionais adquiriram eficácia horizontal imediata diante das relações privadas (MORAES, 2019, p. 259).

Consideram-se os princípios verdadeiros mandamentos de otimização (SILVA, 2014, p. 175), o ponto de partida e também fundamento, elemento que concede sentido a toda ordem jurídica (PEIXINHO, 1999, p. 93). Os princípios constitucionais compõem hoje os pilares estruturantes de todo o sistema jurídico, e a base axiológica de interpretação e resolução das demandas, principalmente as familiares.

Tanto os princípios como as normas jurídicas impõem um modelo de conduta quando, diante de determinadas circunstâncias, a diferença reside no grau de obrigação de cada um. Enquanto as normas se aplicam ou não a situação fática em análise, os princípios são ilustrativos, indicam um objetivo a ser perquirido, mas não necessariamente o caminho que deve ser tomado. (GIL, 2008, p. 42).

William Jiménez Gil (2008, p. 43) exemplifica que:

*Las reglas, al tener una estructura de todo o nada, tienen una dimensión de valor, mientras que los principios al tener una estructura enunciativa, tienen una dimensión de peso o importancia. Las reglas se miden y una es eliminada en beneficio de la otra. Los principios se pesan el más importante es privilegiado sobre el menos importante.*

Significa dizer que, os princípios são muito mais abrangentes e polimorfos a necessidade e as demandas sociais, adequando a cada caso conforme a ponderação com os demais princípios e normas, e não sob uma ideia de tudo ou nada. Permitindo-se uma estabilidade jurídica, pois adaptar-se conforme cada caso, cada momento histórico, cada necessidade, evitando-se a sua obsolescência, diferentemente das normas/leis. (LÔBO, 2008, p. 36)<sup>3</sup>.

A Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que é uma constituição principiológica, que inaugurou vários dos principais princípios regentes do Direito das Famílias, como, por exemplo, o da dignidade humana, solidariedade, igualdade, entre outros. Em face da tutela jurídica da família, “[...] são reconhecidos e aplicados, com enorme intensidade, princípios jurídicos que constroem sua eficácia vinculante tomando por fundamento a própria Constituição” (MARQUES; MIRAGEM, 2012, p. 99).

A incidência dos princípios constitucionais, bem como seus valores e preceitos não se limita à esfera patrimonial da pessoa, mas vão muito além, em verdade tutela principalmente o campo existencial do ser (EHRHARDT JÚNIOR; TORRES, 2018, p. 350). O direito passa a se preocupar e regulamentar as relações privadas para além do patrimônio, direciona seus esforços para garantir o pleno e adequado desenvolvimento da personalidade da pessoa humana. (MADALENO, 2019, p. 44).

Os princípios impulsionaram uma releitura do plexo normativo infraconstitucional que se vincula à família, principalmente à criança e adolescente. (AMARILLA, 2014, p. 96-97). Assim, as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, conjuntamente com este impulso principiológico, impôs uma transformação dos institutos jurídicos que permeia a família, tendo em vista que os mesmos estavam se mostrando obsoletos na tutela da pessoa humana (CACHAPUZ, 2004, p. 75). Nessa perspectiva, os atuais princípios do Direito das Famílias lança para o futuro, valores que não apenas precisam, mas devem ser observados em face da tratativa dos conflitos familiares. (OLIVEIRA, 2002, p. 274).

Tamanha foi a alteração na família que, sustenta-se que houve uma repersonalização deste instituto, que se voltou à proteção e promoção individual dos membros (CALDERÓN, 2017, p. 33). Sendo nesse locus privilegiado que se concebe que a família não é apenas eudemonista - busca da felicidade individualmente -, mas se perfaz principalmente solidarista, vez que cada membro é responsável pelo bem-estar e felicidade do outro, principalmente quando este outro for sua prole, pessoa vulnerável. As escolhas, a autonomia, a liberdade individual quando inserida no ambiente familiar se tornam “opções conjugadas”, pois inevitavelmente uma escolha irá atingir direta ou indiretamente o outro, seja ele cônjuge, companheiro, filhos ou pais. (TEIXEIRA; TEPEDINO, 2020, p. 15).

A preocupação com a infância e juventude é nítida tanto no âmbito nacional como internacional, a criança e o adolescente nunca foram antes tão protegidos juridicamente do que os atuais dias. Reconheceu-se a titularidade de seus direitos como todas as outras pessoas, e ainda concederam especiais direitos, visando o pleno e adequado desenvolvimento humano.

Reconhece-se que, a população infantojuvenil é de fato “[...] um ser humano especial, com características peculiares e assim sendo, como ‘sujeito de direitos’, ou seja, um titular de direitos e obrigações” (MORAES; ROSA, 2017, p. 41). Sob o fundamento de que a criança e adolescente encontram-se em principal momento de formação e desenvolvimento da personalidade, merecem especial proteção e atenção aos seus direitos. (BARRETO; CARDIN, 2007, p. 297).

Antigamente o interesse dos filhos diante da separação dos pais era secundário ou até mesmo irrelevante, mas hoje não mais, pois qualquer decisão que envolva a vida dos filhos deve ser tomada considerando o seu melhor interesse. (LÔBO, 2008, p. 54).

Sobre a temática, Waldyr Grisard Filho (2016, p. 46) elucida que: “O que existe é uma uniforme concepção filho centrista, que desloca o seu fulcro da pessoa dos pais para a pessoa dos filhos [...]”. Ocorre uma verdadeira reestruturação na dinâmica jurídico-familiar, que se volta para assegurar ao filho uma tutela integral do Estado, da sociedade e da própria família, mesmo que isso signifique certo sacrifício por parte dos pais. (AMARILLA, 2014, p. 96).

Nesse sentido, evoca-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (the child’s best interests and its own preference), que dá prioridade aos interesses do vulnerável, que não significa a exclusão dos interesses dos demais membros da família, mas apenas a sua prioridade. De outro ângulo, além de funcionar como fundamento hermenêutico nas resoluções dos conflitos, vem determinar um limite à atuação dos pais e do Estado<sup>4</sup>.

No intuito de clarificar o entendimento, Paulo Luiz Netto Lôbo (2008, p. 53) sustenta:

O princípio do melhor interesse significa que a criança – incluído o adolescente, segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança – deve ter seus interesses tratados

com prioridade, pelo Estados, pela sociedade e pela família, tanto na elaboração quanto na aplicação dos direitos que lhe digam respeito, notadamente nas relações familiares, como pessoa em desenvolvimento e dotada de dignidade.

O interesse da criança e adolescente serve assim como forma de controle da autoridade parental, para que a mesma não seja exercida com abuso por parte dos pais, bem como é utilizado como critério de solução, no sentido fundamentação das decisões judiciais ao tratar de questões que envolvam direitos de crianças e adolescentes. (LEITE, 1997, p. 195). O princípio do melhor interesse das crianças e do adolescente serve como importante ferramenta para a definição da guarda, da convivência, dos alimentos, em outras palavras, de todos os aspectos que estejam atrelados à pessoa do filho.

A natureza jurídica do melhor interesse da criança e adolescente insere-se em um conceito de tríplice identidade, ao mesmo tempo, em que se perfaz como uma lei substantiva, também é um princípio jurídico interpretativo fundamental e uma regra processual. (MORALES, 2020, p. 306).

O Poder Judiciário deve entender que, a felicidade dos filhos é que deve prevalecer diante as resoluções jurídicas, e não os interesses particulares dos pais, sob pena de incorrer em injustiça e violação de direitos e princípios (MADALENO, 2019, p. 438). “O princípio não é uma recomendação ética, mas diretriz determinante nas relações da criança e do adolescente com seus pais, com sua família, com a sociedade e com o Estado” (LÔBO, 2008, p. 55).

A proteção dos filhos deveria ser uma tendência natural e espontânea dos pais, funcionando a legislação e seus princípios como uma complementação, orientação, em relação à conduta que deve ser tomada. A tutela das crianças e adolescentes não é algo criado pelo direito, mas que se transportou para este âmbito, ganhando relevo além da moral, mas agora jurídico, “[...] porque a carência dos filhos no conjunto não diz respeito apenas às necessidades de sobrevivência e afeto, também às de formação, educação, apoio, aconselhamento, cultura, encaminhamento na vida social. (NADER, 2016, p. 285).

O princípio do melhor interesse atrelado ao da proteção integral vem no intuito de atender e observar as necessidades e direitos da criança e



adolescente, exatamente pelo fato deste grupo vulnerável se encontrar em condição peculiar de desenvolvimento. (REIS; CUSTÓDIO, 2017, p. 654).

Nesse sentido, Thaís Fernanda Tenório Sêco (2014, p. 16-17) elucida que:

O que é realmente peculiar no estado de infância e adolescência é a potência de se tornarem, com o tempo, plenamente capazes, hábeis a eleger os seus próprios fins e os meios para atingi-los, devendo-se voltar parte importante do sistema de proteção à garantia de que crianças e adolescentes a alcancem a fase adulta dotados da máxima competência possível para eleger conscientemente os seus próprios fins.

Por isso, mais do que nunca, faz-se necessário identificar de forma particularizada e coletiva as necessidades específicas das crianças e dos adolescentes, construindo-se não apenas uma rede de proteção, mas uma hermenêutica eficaz e justa (TEIXEIRA; TEPEDINO, 2020, p. 18). “[...] a família deve cumprir uma função social, permitindo a plena realização moral e material de seus membros, em prol de toda a sociedade” (GAMA, 2008, p. 186).

Importa destacar que, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, de igual forma que o princípio da dignidade da pessoa humana, não se limita ao campo do Direito das Famílias, mas abarca todo o ordenamento jurídico, nacional e internacional. (BARRETO; CARDIN, 2007, p. 297)<sup>5</sup>.

Nenhum princípio, nem mesmo o do melhor interesse da criança, oferece uma solução única e mágica, tampouco, oferece um modelo a ser implementado a toda e qualquer situação indiscriminadamente, sem a necessidade de uma profunda análise da realidade que as partes vivenciam.

É cedido, por esses fundamentos, que qualquer conflito, até mesmo as relações familiares, entre pais e filhos, inclusive as questões envolvendo a obrigação alimentar, não ficam isentos da incidência do fenômeno da constitucionalização do direito, e por óbvio, da imposição de observância aos princípios constitucionais. (QUINELATO, 2018, p. 6).

A constitucionalização do direito impôs uma verdadeira metamorfose da família, que se tornou mais do que nunca um ambiente de realização e desenvolvimento pessoal de seus membros. A concepção filho centrista reafirmou a necessidade de voltar-se as atenções a criança e ao adolescente, pessoa em especial condição de desenvolvimento, carecedora de especiais direitos e de princípios que tem como foco a sua tutela

integral, como, por exemplo, o princípio do melhor interesse da criança e adolescente, que não é apenas uma recomendação, mas o fim que deve ser alcançado.

## **2. DO DIREITO AOS ALIMENTOS AOS FILHOS MENORES DE IDADE**

A pessoa humana antes de poder viver, precisa conseguir sobreviver, ter suas necessidades mais básicas supridas para que assim possa direcionar suas energias para outras áreas da vida, como educação, lazer, aperfeiçoamento pessoal, relacionamentos interpessoais, em resumo, a pessoa antes de conseguir se desenvolver como ser humano precisa estar apto, física e psiquicamente para isso.

No entendimento de Carla Bertoncini e Elisângela Padilha (2017, p. 328) pode-se compreender a família como:

[...] uma estruturação psíquica em que cada membro ocupa um lugar, uma função. Lugar de pai, lugar de mãe, lugar de filhos, ainda que não estejam ligados biologicamente. É essa estruturação familiar que existe antes, e acima do Direito, que interessa trazer para o mundo jurídico e que permite que o indivíduo possa, inclusive, existir como cidadão. É a família um espaço destinado ao desenvolvimento da personalidade de seus entes.

Em razão de o ambiente familiar exercer forte influência para com o desenvolvimento humano, este deve proporcionar o mínimo de condições, seja em aspectos materiais, seja imateriais, para o desenvolvimento da personalidade do filho (TOMASZEWSKI, 2004, p. 97). A família deve ser o espaço de preservação da vida digna de seus membros. Contudo, alguns dos membros da família encontram-se em situação de vulnerabilidade - criança e adolescente - precisando assim de suporte para sua sobrevivência, exatamente por não conseguirem suprir todas as necessidades sozinhos. (NERY; NERY JUNIOR, 2019, p. 424).

Diante das necessidades da infância e juventude, o poder familiar, ou melhor dizendo, a autoridade parental<sup>6</sup> se concretiza como um instrumento conferido aos pais para que estes possam garantir a efetiva proteção dos filhos, e possibilidade de pleno desenvolvimento. (NADER, 2016, p. 285). Falando-se hoje muito mais em responsabilidades parentais, do que em poder parental, destinados a assegurar o bem-estar integral dos

filhos. (BRANCO, 2018, p. 180).

Ao tratar-se das responsabilidades parentais, inevitavelmente está tratando também da responsabilidade dos pais para com os alimentos fornecidos aos filhos<sup>7</sup>. Exercer a paternidade e a maternidade, ser pai ou ser mãe não se resume simplesmente conceber o filho no mundo, mas dar-lhe tanto a assistência material como imaterial. (LOUZADA, 2010, p. 142).

O estudo volta-se para o direito alimentar, que se encontra previsto na Constituição Federal de 1988 em seu art. 229<sup>8</sup>, que adverte que os pais possuem o dever, e não a faculdade, de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos menores possuem o dever de amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade<sup>9</sup>. Havendo ainda a possibilidade de prisão civil do devedor inadimplente com os alimentos, nos termos do art. 5º, inc. LXVII da Constituição Federal<sup>10</sup>.

Na legislação infraconstitucional, o Código Civil de 2002, entre os arts. 1.694 a 1.710, impõem a ambos os pais na assistência material da prole, obedecendo-se a proporção dos recursos de cada um, bem como outras disposições acerca dos alimentos. O Código de Processo Civil de 2015, nos arts. 528 a 533, na Lei nº 5.478/1968 descreve acerca da ação de alimentos. Tamanha é a relevância deste substrato para com as crianças e adolescentes, que no Direito Penal existe a tipificação do crime de Abandono Material, conforme art. 244 do Código Penal<sup>11</sup>.

Os alimentos em um sentido amplo tratam-se de uma obrigação primária, intuitiva e natural dos pais, e consequentemente ampliada a toda a família (RIZZARDO, 2019, p. 246). Todavia, esta obrigação, este dever de assistência alimentar foi transportado ao âmbito jurídico, portanto, além de se perfazer como uma obrigação moral, também é jurídica, inerente à autoridade parental, sob o fundamento dos filhos se encontrarem numa fase de dependência de vulnerabilidade extrema. “Trata-se de dever que determina as condições materiais de existência que, em última instância, preserva o direito à vida” (TEIXEIRA; TEPEDINO, 2020, p. 285).

Nesse sentido, Rolf Madaleno (2019, p. 923) esclarece que:

A sobrevivência está entre os fundamentais direitos da pessoa humana e o crédito alimentar é o meio adequado para alcançar os recursos necessários à subsistência de quem não consegue por si só prover sua manutenção pessoal, em razão da idade, doença, incapacidade, impossibilidade ou ausência de trabalho. Os alimentos estão relacionados com o sagrado

direito à vida e representam um dever de amparo dos parentes, cônjuges e conviventes, uns em relação aos outros, para suprir as necessidades e as adversidades da vida daqueles em situação social e econômica desfavorável. Como dever de amparo, os alimentos derivam da lei, têm sua origem em uma disposição legal, e não em um negócio jurídico, como acontece com outra classe de alimentos advindos do contrato ou do testamento, ou os alimentos indenizativos.

O direito aos alimentos traduz-se como uma obrigação do alimentante em fornecer as condições necessárias para a vida do alimentado, seja em dinheiro ou em espécie. Tende este direito a tentar suprir as necessidades cotidianas da pessoa, se perfazendo então como um dever assistencial, e ainda como “[...] uma exigência do sistema jurídico porque, infelizmente, nem sempre há espontaneidade no devotamento de cuidado aos necessitados” (TARTUCE Fernanda, 2019, p. 231).

Possui este direito um significado que abrange elementos como o vestuário, habitação, assistência médica quando for o caso, enfim, tudo o que engloba as necessidades da vida, e quando se trata de criança e adolescente acrescenta-se ainda os gastos com a educação e instrução (RODRIGUES, 2002, p. 418)<sup>12</sup>. “A expressão alimento não serve apenas ao controle da fome. Outros itens completam a necessidade humana, que não alimenta somente o corpo, mas também a alma” (DIAS, 2017a, p. 582).

Nota-se que bens materiais como a moradia, transporte, segurança, educação, saúde, vestimenta, lazer, entre muitos outros, são atrelados aos alimentos, devendo também ser fornecidos, com observância às peculiaridades de cada situação (MATOS; et al, 2019, p. 192)<sup>13</sup>. “Os alimentos compreendem bem mais do que o sentido literal da palavra, mas tudo o que for necessário para a manutenção de uma vida digna ao alimentante (aquele a quem se prestam os alimentos)” (HEINZL; QUEIROZ, 2020, p. 204).

O direito aos alimentos liga-se aos aspectos nutricionais para a manutenção da vida, que reflete diretamente em outros direitos fundamentais como, por exemplo, a vida, a saúde, integridade física e psíquica, entre outros, demonstrando ser um direito de caráter nitidamente pluridimensional. Mas também se liga a questões eminentemente culturais e de caráter consumerista, elemento este que não pode ser desconsiderado pelo ordenamento jurídico. (SIQUEIRA; ESPÓSITO; SOUZA, 2019, p. 14).

O caráter fundamental dos alimentos resta-se óbvio, por serem estes que irão conhecer os elementos necessários para a promoção e manutenção da vida digna (SIQUEIRA, LIMA, 2020, p. 257). “A prestação alimentícia tem um fim precípuo, isto é, atender à necessidade de uma pessoa que não pode prover à sua subsistência. Dessa circunstância, ou seja, do fato de tratar-se de um socorro, decorrem algumas consequências de alta relevância” (RODRIGUES, 2002, p. 419).

Diante de cada caso, o juiz irá precisar fazer uma análise acerca da necessidade, possibilidade e proporcionalidade entre estes dois elementos, que se denomina de *trinômio alimentar*<sup>14</sup>. O art. 1.694, § 1º do Código Civil traz de forma clara que os alimentos serão fixados diante da proporção entre a necessidade do reclamante e dos recursos do reclamado, não se admitindo levar apenas um dos elementos em consideração, sob pena de violação da norma jurídica.

Sob esta perspectiva, Eduardo de Oliveira Leite (1997, p. 229) compreende que:

Objetivamente considerada, a pensão alimentícia deve ser suficiente a cobrir as necessidades vitais da criança (alimento, habitação etc.). Mas, subjetivamente falando, estas necessidades só podem ser supridas na medida em que os recursos do devedor de alimentos o permitirem. Logo, deve haver uma proporcionalidade entre pretensão do credor (critério objetivo) e as disponibilidades do credor (critério subjetivo).

O juiz no momento em que fixa os alimentos deve agir com prudência, sopesando os dois vetores – necessidade e possibilidade –, buscando um equilíbrio entre eles, visando não apenas fixar um quantum, mas atender aos interesses da criança e adolescente, observando o que atendem ao seu interesse, tendo em vista que ela é a pessoa vulnerável. “A regra é vaga e representa apenas um standard jurídico. Assim, abre ao juiz um extenso campo de ação, capaz de possibilitar o enquadramento dos mais variados casos individuais” (RODRIGUES, 2002, p. 425).

Nesse sentido, os alimentos visam a preservação não só da vida, mas da integridade psicofísica, bem como prover o livre desenvolvimento da personalidade do alimentado, não se admitindo cessão (onerosa ou gratuita), compensação, bem como são impenhoráveis e possuem ainda preferência de pagamento no concurso de credores. (SIQUEIRA, LIMA, 2020, p. 251). A urgência e a necessidade para com o adimplemento desta

obrigação é naturalmente intrínseca, tendo em vista que, se os alimentos não forem prestados de forma tempestiva, o alimentando poderá perecer. (DIAS, 2017b, p. 233).

As crianças se encontram hoje no centro das relações familiares, e para que o princípio do melhor interesse seja respeitado é preciso que se tenha ações realmente eficazes e que atendam ao seu interesse, e não apenas se mostre uma “solução” mais fácil. Os valores que o Estado Democrático de Direito se pauta hoje não admite mais uma apreciação de lides com um olhar predominantemente patrimonial, mesmo que esteja se discutindo questões de natureza material.

No entendimento de Ana Carla Harmatiuk Matos e Ana Carolina Brochado Teixeira (2017, p. 29):

O instituto dos alimentos, apesar de tão tradicional, clama um novo olhar a partir da sua função: instrumento de preservação da vida, pois significa a sobrevivência digna daquele que deles necessita. Daí ser inegável seu caráter fundamental: se por um lado, significa o substrato material da dignidade humana no âmbito do direito de família, por outro é necessário se pensar em meios para efetivá-lo em razão de sua importância, intensificando instrumentos já existentes e refletindo sobre novas possibilidades de concretização, com justificativa constitucional no princípio da solidariedade familiar.

Atualmente os tribunais de forma pacificada têm entendido na fixação dos alimentos na forma de pagamento de um valor pecuniário, e em sua grande maioria leva em consideração o parâmetro de 30% (trinta por cento) dos rendimentos do alimentante. De forma geral, “[...] os alimentos são fixados em percentagem dos ganhos do devedor, quer seja ele assalariado ou não. Varia entre 15% a 30%, no máximo 35% dos rendimentos do devedor, a depender do número de beneficiados” (DIAS, 2017b, p. 29). Parâmetro este que em certa medida direciona os julgadores a uma forma de pensar sem se atentar às peculiaridades de cada situação, não possuindo ainda qualquer fundamentação legal na legislação brasileira. Trata-se em verdade de “[...] de um habitus jurídico que, tendo em vista a fundamentalidade do direito versado, deve ser questionado” (MATOS; et al, 2019, p. 194).

O Brasil, diferentemente do Chile<sup>15</sup>, não determina em sua legisla-

ção o percentual numérico mínimo que os alimentos devem obedecer. O Brasil apenas determina a aplicação do trinômio alimentar. Impor a obrigatoriedade de uma expressão numérica aos alimentos, além de não ter respaldo constitucional, ainda pode causar mais conflitos do que a pacificação dos relacionamentos familiares.

Reduzir os alimentos a um índice matemático que estabelece o quantum a ser pago pelo genitor alimentante de forma generalizante e sem maiores análises de cada caso, consubstancia-se não apenas em uma prática que simplifica a complexidade das relações humanas familiares, mas uma violação a todo um arcabouço principiológico constitucional (MATOS; et al, 2019, p. 194). A legislação em nada trata acerca de uma limitação numérica, mas, sim, sustenta a necessidade de observância ao trinômio alimentar.

Nesse contexto, os alimentos se consubstanciam como direito de natureza, e quando estão sob o enfoque de pessoa vulnerável se torna ainda mais indispensável, pois abrange não apenas a comida, mas o vestuário, o medicamento, o lazer, em outras palavras, tudo o que for necessário para que se tenha uma vida digna em aspectos materiais. E quando a sua fixação, estão não se limita a um valor pecuniário de 30% (trinta por cento) do salário mínimo ou dos ganhos mensais do genitor alimentante, mas deve atender e respeitar o trinômio alimentar, necessidade, possibilidade e proporcionalidade.

### **3. DA COMPREENSÃO À FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS IN NATURA E A IMPOSIÇÃO DE UMA NOVA HERMENÊUTICA**

#### **3.1 Dos Alimentos In Natura**

O Direito das Famílias é caracterizado hoje pelo elemento afeto (cuidado) e não pelo dinheiro/patrimônio, a constitucionalização da família e consequentemente sua repersonalização não apenas mudaram a perspectiva jurídica, mas impôs a necessidade de reflexão e readequação.

A explosão da litigiosidade que o judiciário enfrenta possui diversas causas, mas que nunca foram analisadas com a devida profundidade, tendo em vista que, a atenção sempre se voltou para “remédios” (criação e modificação das normas) e raramente às causas que acarretam litigiosidade, que se transformam em irrefreáveis procedimentos judiciais,

(SPENGLER, 2006, p. 51). Uma das causas envolvendo as ações intermináveis de fixação, revisional e execução de alimentos, tem como ponto de partida a animosidade entre os genitores, bem como a forma e o quantum a ser pago pelo genitor alimentante.

A prestação alimentar é alternativa<sup>16</sup>, pode o alimentante cumprir com sua obrigação moral e jurídica em espécie - in natura - ou em dinheiro, nos termos do art. 1.701 do Código Civil<sup>17</sup>. Via de regra os alimentos são pagos em moeda corrente, dentro de certa periodicidade, mas nada impede que os mesmos sejam satisfeitos diretamente, pela concessão de hospedagem, de comida, em educação, entre outras. O proveito dos alimentos se mostra direto em face do destinatário quando pagos in natura (DIAS, 2017a, p. 588). “Os alimentos in natura são aqueles prestados de forma direta, quando o alimentante atende pessoalmente ao sustento diário, com alimentos, alojamento, vestimenta e remédios ao invés de prestar sua obrigação mediante um abono mensal em dinheiro” (MADALENO, 2019, p. 956).

Para conduzir para um melhor entendimento, Maria Berenice Dias (2017b, p. 33) descreve que:

Passou a ser reconhecido pela jurisprudência que dispõe da mesma natureza o custeio de despesas como colégio, plano de saúde, condomínio etc. De forma frequente, quando os alimentos são para filhos incapazes, pode o genitor com quem o filho não reside, assumir pessoalmente o pagamento dos encargos de educação, como mensalidade, material e uniforme escolar, atividades extracurriculares etc.

Os alimentos podem ainda ser híbridos, parte pagos in natura e parte em dinheiro, a depender de cada caso, tendo sempre o melhor interesse da criança e adolescente como ponto cardeal para esta fixação. “O julgador pode estabelecer algumas pautas de alimentos para cumprimento direto e eficaz, como alimentos in natura, sem prejuízo de um valor periódico em dinheiro, para atendimento das demais requisições da vida diária do alimentando” (MADALENO, 2019, p. 1063).

Caso seja estipulado o pagamento dos alimentos in natura, será preciso que o mesmo deixe claro quais despesas envolvendo a pessoa do filho o alimentante terá que arcar, como, os estudos curriculares e/ou extracurriculares, conta de luz, de água, o condomínio, a vestimenta, o plano de saúde, os custos odontológicos e assim em diante, dependendo de cada



caso e do melhor interesse do filho.

Fica a critério de o julgador encontrar e fixar a melhor forma do adimplemento alimentar sob fundamento e peculiaridades do caso em concreto, considerando-se elementos que envolvem as necessidades do alimentado e da possibilidade de prestação por parte do alimentante (MADALENO, 2019, p. 956). Conforme o art. 25 da Lei n. 5.478/1968, a prestação alimentar não pecuniária só poderá ser fixada pelo juiz desde que anuída pela alimentando quando capaz<sup>18</sup>. A flexibilidade é característica fundamental dessa forma espécie de adimplemento da obrigação alimentar<sup>19</sup>.

O adimplemento desta obrigação deve se dar exatamente nos termos da sentença ou acordo homologado, não podendo ser compensado uma espécie pela outra. Assim, se os alimentos foram fixados em pecúnia, deve ser pago em pecúnia, e se fixados in natura, deve ser cumpridos in natura (PEREIRA, 2019, p. 673), podendo-se flexibilizar tal regra só em casos específicos onde se constatar o enriquecimento indevido de uma das partes<sup>20</sup>.

Havendo o inadimplemento da obrigação alimentar fornecida in natura possibilita a execução de obrigação de fazer (art. 528, CPC)<sup>21</sup>, sob pena de multa diária (art. 536, § 1º do CPC)<sup>22</sup>. Todavia, quando a obrigação for quantificável - possibilidade de identificar o quantum em pecúnia a obrigação se perfaz -, será possível ocorrer sua execução pelo rito de expropriação ou da prisão, procedimentos próprios para a dívida alimentícia (PEREIRA, 2019, p. 673; DIAS, 2017b, p. 34).

A depender da situação, pode-se requerer a conversão dos alimentos fixados in natura para pagamento em pecúnia<sup>23</sup>, tendo em vista que exista uma reiterada inadimplência ou dificuldade no cumprimento da obrigação anteriormente fixada, sob fundamento do art. 15 da Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968 - Lei de Alimentos<sup>24</sup>. A matéria de alimentos não transita em julgado no sentido material, mas apenas no formal<sup>25</sup>. “Ainda que convencionado o pagamento dos alimentos in natura, quando existir inadimplemento, pode o credor pedir sua conversão em pagamento em dinheiro” (DIAS, 2017a, p. 588).

Nessa perspectiva, os alimentos, por serem alternativos, podem se perfazer da melhor forma para com a realidade que são postos. Tanto a legislação como a doutrina não limitam este instituto a um modelo pronto

e acabado, exatamente porque quando se trata de criança e adolescente nada é igual, cada caso é um caso, e cada família é uma família. Em razão disso, que aplicar uma regra geral a todas as famílias é um tanto inadequado e até um agravante para o conflito familiar.

### **3.2 Da Necessidade de uma Nova Hermenêutica em face da Obrigação Alimentar**

A pessoa humana muda, altera seus anseios, necessidades e ideais, o que não muda é a ideia da família como ninho, como lugar de desenvolvimento e realização<sup>26</sup>. O que se modifica para com a família é simplesmente a forma de organizá-la, bem como de fazê-la prosperar diante das adversidades da vida moderna (OLIVEIRA; HIRONAKA, 2003, p. 7). Há consideráveis mudanças nas relações familiares, passando a dominar novos conceitos em detrimento de valores antigos (RIZZARDO, 2019, p. 12). “Portanto, alguns dos antigos princípios do Direito de Família foram aniquilados, surgindo outros, dentro dessa proposta de constitucionalização e personalização, remodelando esse ramo jurídico” (TARTUCE Flávio, 2019, p. 5).

Estabelece-se neste momento social e histórico, diretrizes para a interpretação normativa e principiológica, voltada para a proteção integral e para o melhor interesse da criança e adolescente, pessoas vulneráveis e carecedoras de uma proteção para além do plano formal. “A criança deve ter uma especial proteção e ver-se rodeada das possibilidades concebidas pela Lei e por outros meios, a fim de se desenvolver de uma maneira sã e normal no plano físico, intelectual, moral e social, em condições de liberdade e dignidade”. (TOMASZEWSKI, 2004, p. 223).

Tanto o Direito como o Poder Judiciário precisam se “atualizar” no que tange a tutela das crianças e adolescentes<sup>27</sup>, compreendendo que além da norma de uma sentença existe uma vida, pessoas que clamam por atenção e por justiça. “Família e sociedade conjugam-se em uma relação sistêmica. Ou seja, as relações familiares devem ser analisadas à luz das transformações no âmbito social, político e econômico” (BERTONCINI; PADILHA, 2017, p. 326).

O Judiciário parece não se atentar aos princípios constitucionais, ou até mesmo ao conflito e suas particularidades, que em muitos casos não se resolvem com a aplicação indiscriminada da norma jurídica (SPEN-

GLER, 2006, p. 34). Em razão disto é que faz urgente um olhar atento as demandas familiares, a realidade de cada família, enquanto serão estas particularidades que irão ditar o melhor interesse da criança e do adolescente, construindo-se assim de uma norma entre as partes que efetivamente dialogue com a realidade (MATOS; TEIXEIRA, 2017, p. 92). “E o direito não poderia permanecer à margem, sem adaptar-se aos anseios de uma sociedade oprimida pelas regras de outrora. Fazia-se necessário uma renovação da vasta legislação das relações familiares” (CACHAPUZ, 2004, p. 76).

Os avanços galgados pela Constituição Federal de 1988 e de especial forma pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, não podem ser subjugados por questões econômicas, nem mesmo pela comunidade e práxis social e/ou jurídica. Os interesses da população infantojuvenil precisam mais do que nunca serem defendidos e promovidos pelo Estado, pela sociedade e pela família. (REIS; CUSTÓDIO, 2017, p. 655). Assim, compreender os alimentos de forma limitada a um valor pecuniário não é apenas antijurídico, mas uma conduta violadora de direitos e da própria dignidade da criança e/ou adolescente.

Consequentemente, entende-se que as medidas de simplificação da determinação do quantum alimentar têm um inegável potencial ofensivo à fundamentalidade dos alimentos, a qual, anunciada à exaustão no ordenamento jurídico brasileiro, não pode ser desconsiderada. Com efeito, as nuances do caso concreto, levando em consideração todo o contexto de responsabilidade familiar em torno da vulnerabilidade em questão, parecem apresentar as melhores chaves hermenêuticas ao operador jurídico. (MATOS; et al, 2019, p. 194).

Parte do processo de reconstrução e readequação hermenêutica em face dos alimentos dirige-se à compreensão de que nem sempre o valor em pecúnia é o melhor para a criança e/ou adolescente. É preciso uma nova forma de avaliar os conflitos que envolvam pessoas vulneráveis, perquirindo no processo a afirmação dos direitos e da dignidade desta (SÊCO, 2014, p. 23). “O reconhecimento jurídico dos sujeitos depende de seu reconhecimento social, porém o avanço na efetividade dos direitos no plano social, depende da instrumentalidade dogmática, propiciada pela fundamentação necessária a interpretação e aplicação” (COSTA, 2013, p. 56).

O Direito das Famílias exige uma nova compreensão e diretriz para as soluções familiares no que se refere aos alimentos (HEINZL; QUEIROZ, 2020, p. 207). Há verdadeira necessidade de ser moldado um atualizado pensamento, conjuntamente com eficazes instrumentos para efetivação da Justiça, resgatando assim o núcleo fundante do Estado, qual sejam a proteção e promoção da dignidade da pessoa humana. (CASAGRANDE; TEIXEIRA, 2019, p. 394).

O desafio em face desta atualização hermenêutica reside na quebra de antiquadas condutas e pensamentos diante do novo, diante das novas necessidades direcionadas à proteção da infância e da juventude<sup>28</sup>. Contudo, existe ainda uma dificuldade por parte do julgador em compreender toda a dimensão ontológica da pessoa (LÔBO, 2008, p. 12), e não vislumbrá-la apenas como um número em face da quantidade de processos sentenciados. O dinheiro aqui possui uma função complementar, o que se prima é a pessoa e não a fixação de um quantum a ser pago a título de alimentos.

É fundamental para tanto uma mudança do pensamento conservador e anacrônico que permeia a aplicação do Direito. Entendendo-se assim que, o Direito liga-se diretamente às realidades empíricas, estando muito mais próximo vinculado às pessoas e seus problemas do que propriamente com a dogmática (GIL, 2008, p. 45)<sup>29</sup>. Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão (2016, p. 881) entende que o direito precisa da pessoa, como a pessoa precisa do direito, residindo o núcleo existência da norma jurídica no seu poder de proteção e tutela da dignidade humana.

Os princípios são instrumentos para resolução de conflitos sociais mais dinâmicos e atuais, adaptando-se e adequando-se à realidade que se enfrenta. Portanto, é imprescindível reavaliar a aplicação das normas por meio de princípios, para assim caminhar para uma hermenêutica pautada muito mais nos princípios do que na legislação – na letra fria da lei.

Não se deve esquecer que os princípios constitucionais exercem importante e indispensável função prospectiva, voltada para o futuro (OLIVEIRA, 2002, p. 277), impedindo assim que condutas inadequadas perpetuem. “Las tendencias interpretativas expuestas pueden servir al desarrollo de la labor de los intérpretes, dado que busca la racionalización y más objetividad en la toma de decisiones relacionadas con el NNA” (MORALES, 2020, p. 308)<sup>30</sup>. Assim, o Poder Judiciário e o processo civil devem

atuar em conjunto visando trazer melhorias e não se perfazer como mais uma forma de violação de direitos. (CAMARGO; JACOB, 2020, p. 220; SOUSA, 2015, p. 23).

Lucas Abreu Barroso, Morgana Neves de Jesus e Pablo Malheiros da Cunha Frota (2020, p. 156) entendem que:

Necessário se faz prosseguir na investigação da virada teórico-metodológica do direito civil. Que contemple a compreensão dos agentes sobre o novo processo criativo do direito que a realidade reclama. De penetração de princípios e de regras, da existência do ser e de seu contexto, ante um sistema valorativo hermético e voltado para a positiva aplicação da lei. Com a reafirmação em concreto da pessoa humana se exige uma “mediação normativa constitutiva” possível apenas com a libertação e a interação do intérprete com o objeto interpretado, para que se desvele o fundamento e o sentido do direito.

Quando inexistente uma relação harmoniosa entre os genitores, a guerra entre eles sempre trará inúmeras consequências desastrosas para a vida do filho. A incapacidade das pessoas conseguir resolver seus próprios conflitos é uma das maiores crises jurídicas e sociais, pois não se verifica mais a habilidade de compreensão e tolerância (SPENGLER, 2006, p. 42). Diante disso, a fixação dos alimentos *in natura* parece ser uma alternativa a depender do caso a ser considerada para a minimização do conflito e de condutas que estejam em desacordo com a parentalidade responsável.

O interesse do Estado<sup>31</sup> para com o adimplemento dos alimentos é direto, posto que, a inobservância a este dever jurídico assistencial dos pais para com os filhos aumenta o número de pessoas carentes e desprotegidas, que consequentemente irão precisar de um amparo estatal (GONÇALVES, 2015, p. 507). Daí mais uma razão para se repensar e compreender os alimentos *in natura* como uma alternativa viável a depender do caso em face do melhor interesse da criança e do adolescente. Vindo a impedir a violação da norma, proporcionando uma efetividade e cumprimento do dever alimentar e ainda garantindo à pessoa do filho a devida assistência material sem grande resistência por parte do alimentante.

Cabe afirmar que, o mandamento constitucional acerca da proteção da infância e juventude enseja a responsabilidade de todos os agentes para com a efetivação dos direitos infantojuvenis. O dever para com a efetivi-

dade é interdependente e de co-responsabilidade, que significa dizer que, a família, a sociedade e o Estado são responsáveis pela concretização dos direitos das crianças e adolescentes. (COSTA, 2013, p. 56). “Assim, tanto o legislador quanto o aplicador do direito devem estar atentos à realidade que se apresenta, pois inexistente uma legislação completa e exaustiva capaz de enfrentar todas as situações fáticas possíveis” (CASTANHO, 2012, p. 201)

Os alimentos necessitam de uma nova hermenêutica voltada muito mais para a proteção do direito fundamental da criança e adolescente, do que para o fim do processo. Determinar uma quantia em pecúnia nem sempre será o melhor, neste sentido é que se coloca o adimplemento in natura como uma alternativa viável nos casos em que verificado a animosidade das partes, bem como da preferência tanto do alimentante como do alimentado para com esta forma de cumprimento da obrigação alimentar.

## CONCLUSÃO

As considerações tecidas nesta pesquisa não procuram, nem poderiam ser impositivas ou exaustivas. Há muito ainda para analisar e repensar acerca do direito fundamental aos alimentos entre pais e filhos. O que foi precedido foi chamar a atenção para a necessidade de ir além, pensar fora da caixa, fugir do comodismo no que tange a fixação dos alimentos em um valor pecuniário sem a atenção ao melhor interesse da criança e adolescente.

A primazia dos direitos e interesses das crianças e adolescentes reconhece mais do que uma tutela jurídica, acarreta um avanço do Direito das Famílias rumo a cada vez mais humanização deste ramo, primando pela dignidade. Não se quer aqui negar que a família tenha uma natureza patrimonial, todavia, este não pode ser o determinante destas relações. Verifica-se então uma reestruturação do Direito à luz dos valores constitucionalmente previstos, sejam nos âmbitos patrimoniais ou existenciais. Nesse sentido, a família e seus institutos devem voltar-se para a realização da dignidade humana.

A família deve proporcionar aos seus membros vulneráveis todo o auxílio necessário para seu pleno desenvolvimento como pessoa e como cidadão. Falando-se assim da família para além da concepção eudemonista, mas solidarista, no sentido de responsabilidade e cuidado com o outro,

seja sob o enfoque das necessidades materiais ou imateriais.

O tema envolto aos alimentos é de extrema relevância tendo em vista que assegura o mínimo no que tange os bens essenciais para a vida, sem os quais a pessoa não poderia se autodeterminar e se desenvolver plenamente. A análise do direito aos alimentos in natura sob os preceitos dos princípios constitucionais, em especial do melhor interesse, propiciou a compreensão de que, o Direito como um todo deve repensar sua postura, visão não apenas a forma mais fácil e rápida, mas aquela que traga melhores resultados práticos para as partes.

Os conflitos familiares sempre existiram e sempre irão existir, mas cabe ao Poder Judiciário minimizá-los e não fomentá-los. Reduzir os alimentos apenas ao valor em pecúnia, normalmente traduzido em um numerário de 30% (trinta por cento) do salário mínimo ou dos ganhos mensais do genitor alimentante, significa reduzir a própria concepção da pessoa humana.

A realidade demonstra que nem sempre os valores pagos em moeda corrente irão ser a melhor forma de se estabelecer os alimentos em face dos filhos. Seja por questões de conflito entre os genitores, seja pela realidade que se vivencia pela criança e/ou adolescente, os fatores aqui são dos mais diversos. Desta forma, os alimentos in natura, podem ser uma importante ferramenta para diminuição do conflito familiar, das brigas entre os genitores, bem como de uma maior efetividade na prestação assistência em face da criança e/ou adolescente.

## REFERÊNCIAS

AMARILLA, Silmara Domingues Araújo. *O afeto como paradigma da parentalidade: os laços e os nós na constituição dos vínculos parentais*. Curitiba: Juruá, 2014.

BARRETO, Maíra De Paula; CARDIN, Valéria Silva Galdino. *Os princípios gerais de direito, os princípios de direito de família e os direitos da personalidade*. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 7, n. 1, p. 277-308, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/527>. Acesso em: 09 maio. 2020.

BERTONCINI, Carla; PADILHA, Elisângela. Família, dignidade da pessoa humana e relativismo cultural. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v.

5, n. 9, p. 306-330, 3 abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/6547>. Acesso em: 08 dez 2020.

BRANCO, Patrícia. *Direito e Comida: algumas reflexões sobre o papel da comida no direito e justiça da família*. Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES, v. 6, n. 2, p. 171-186, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/4916>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de julho de 1940*. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1940]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. *Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968*. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências, DF: Presidência da República, [1994]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5478.htm). Acesso em: 9 dez. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. *Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Código Civil. Brasília, DF Presidência da República, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acesso em: 2 abr. 2020.

BARROSO, Lucas Abreu; DE JESUS, Morgana Neves; FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. *O direito-praxe como concepção de uma hermenêutica civilística contemporânea*. Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES, v. 8, n. 3, p. 150-158, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/6702>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. *Da família patriarcal à família contemporânea*. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 4, n. 1, p. 69-77, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjurid>



ica/article/view/364. Acesso em: 15 nov. 2020.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. *Princípio da afetividade no direito de família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CAMARGO, Carolina Leite de; JACOB, Muriel Amaral. *Uma releitura do princípio do acesso à justiça a partir dos novos parâmetros trazidos pelo código de processo civil de 2015*. Revista Jurídica Luso-Brasileira[RJLB], ano 6, n. 2, p. 207-231, 2020. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/2/2020\\_02\\_0207\\_0231.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/2/2020_02_0207_0231.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

CASAGRANDE, Jéfferson Ferreira; TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin. *O papel do poder judiciário na contemporaneidade e seu reflexo na dignidade da pessoa humana*. Revista Pensamento Jurídico, v. 12, n. 2, p. 375-396, 2019. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/155>. Acesso em: 06 jun. 2020.

CASTANHO, Maria Amélia Belomo. *A família nas constituições brasileiras*. Argumenta Journal Law, v. 17, n. 17, p. 181-204, 2012. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/239/236>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CHILE, Código Civil, Registro Civil, Cambio de Nombres, *Abandono del Hogar, Derecho de Alimentos, Impuesto a la Herencia*, Ley no. 4.808, Ley no. 17.344, Ley no. 16.618, Ley no. 14.908, Ley no. 16.271. Santiago, 16 de mayo del 2000, Publicación: 30 may. 2000. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=172986>. Acesso em: 15 nov. 2020.

COSTA, Ana Paula Motta. *Os direitos dos adolescentes no sistema constitucional brasileiro*. RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ, n. 24, p. 40-61, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/4224>. Acesso em: 05 dez. 2020.

COSTA, Cora Cristina Ramos Barros; LOBO, Fabíola Albuquerque. *A atual pertinência dos alimentos compensatórios no Brasil*. Civilistica.com: revista eletrônica de direito civil, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2017. Disponível em: <http://civilistica.com/a-atual-pertinencia-dos-alimentos/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017a.

DIAS, Maria Berenice. *Alimentos: direito, ação, eficácia e execução*. 2. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017b.

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque; TORRES, Marcio Roberto. *Direitos Fundamentais e as Relações Privadas: Superando a (Pseudo) Tensão entre Aplicabilidade Direta e Eficácia Indireta para Além do Patrimônio*. Revista Jurídica, v. 53, n. 4, p. 326-356, 2018. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3222>. Acesso em: 08 maio. 2020.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. *Direito e Axiologia—O valor da pessoa humana como fundamento para os direitos da personalidade*. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 7, n. 1, p. 57-80, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/516>. Acesso em: 08 maio. 2020.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. *Análise filosófica sobre o princípio da dignidade humana como uma nova teoria de justiça*. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 16, n. 3, p. 877-896, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/5211>. Acesso em: 08 maio. 2020.

HEINZL, Jaqueline Alves Amendola; QUEIROZ, Tamires Luane Meli. *Da necessidade de fixação dos alimentos nas medidas protetivas da Lei Maria da Penha*. In: CACHAPUZ, Rozane da Rosa; EUGENIO, Alexia Domene; GARBELINI, Heloisa Honesko Medeiro (org.). *Do acesso à justiça no direito das famílias e sucessões*. Londrina, PR: Thoth, 2020.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Função Social da Família e Jurisprudência Brasileira*. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (org.). *Família e solidariedade*. Rio de Janeiro: IBDFAM – Lumen Juris, 2008, p. 181-201.

GIL, William Jiménez. *Entre reglas y principios. Misión Jurídica*, v. 1, n. 1, p. 15-50, 2008. Disponível em: <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/mjuridica/article/view/417>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*, volume 6: direito de família. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRISARD FILHO, Waldyr. *Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*. 8 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

QUINELATO, João. *O adimplemento substancial nas obrigações de prestar alimentos: influxos da boa-fé objetiva nas relações familiares*. Civilistica. com: revista eletrônica de direito civil, v. 7, n. 3, p. 1-22, 2018. Disponível

em: <http://civilistica.com/o-adimplemento-substancial-nas-obrigacoes/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Direito Civil: Famílias*. São Paulo: Saraiva, 2008.

LOUZADA, Ana Maria Gonçalves. *Execução, Cumprimento de Sentença e Prisão: Responsabilidades, Omissão e Dolo*. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). *Família e responsabilidade: Teoria e Prática do Direito de Família*. Porto Alegre: Magister/IBDFAM, 2010, p. 133-143.

MADALENO, Rolf. *Direito de família*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. *Os alimentos entre dogmática e efetividade*. Revista Brasileira de Direito Civil-RBDC, v. 12, n. 02, p. 75-92, 2017. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/34>. Acesso em: 29 nov. 2020.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; [et al]. *Os tribunais e o senso comum: sobre a regra de fixação dos alimentos em 30% dos rendimentos do alimentante*. Revista Brasileira de Direito Civil-RBDC, v. 22, n. 04, p. 179-195, 2019. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/506>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MORAES, Carlos Alexandre. *Responsabilidade Civil dos Pais na Reprodução Humana Assistida*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

MORAES, Carlos Alexandre; ROSA, Leticia Carla Baptista. *A (in)vulnerabilidade das crianças que advém da realização do projeto homoparental*. In: SIQUEIRA, Dirceu Pereira; AMARAL, Sérgio Tibiriçá (org.). *Democracia, cidadania e os direitos da personalidade: uma releitura contemporânea*. Birigui, SP: Boreal Editora, 2017, p. 36-54.

MORALES, Ricardo Alberto Vargas. *Interés superior del niño: revisión de su origen, evolución y tendencias interpretativas actuales en Chile*. Opinión Jurídica, v. 19, n. 39, p. 289-309, 2020. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/opinion/article/view/3552>. Acesso em: 27 nov.

2020.

NADER, Paulo. *Curso de direito civil*, v. 5: direito de família. Rio de Janeiro, 2016.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. *Instituições de direito civil: volume IV: família e sucessões*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

OLIVEIRA, Euclides de; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Do Direito de Família. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). *Direito de família e o novo Código Civil*. 3. ed., ver.atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 1-8.

OLIVEIRA, José Sebastião de. *Fundamentos constitucionais do direito de família*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PEIXINHO, Manoel Messias. *A interpretação da constituição e os princípios fundamentais: elementos para uma hermenêutica constitucional renovada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família - vol. V*. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

REIS, Suzéte da Silva; CUSTÓDIO, André Viana. *Fundamentos históricos e principiológicos do direito da criança e do adolescente: bases conceituais da teoria da proteção integral*. Justiça do Direito, Passo Fundo, v. 31, n. 3, p. 621-659, 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7840>. Acesso em: 17 nov. 2020.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direitos de família*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: volume 6*. 27. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

SÊCO, Thaís Fernanda Tenório. *Por uma nova hermenêutica do direito da criança e do adolescente*. Civilistica.com: revista eletrônica de direito civil, v. 3, n. 2, p. 1-26, 2014. Disponível em: <http://civilistica.com/por-uma-nova-hermeneutica-do-direito-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: Os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ESPÓSITO, Mariana Peixoto; SOUZA, Bruna

Caroline de Lima. *Direito à alimentação e os direitos da personalidade: da previsão à concretização desse direito sob a perspectiva do acesso à justiça*. Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro-RECONTO, v. 2, n. 2, p. 1-24, 2019. Disponível em: <http://revistareconto.com.br/index.php/Reconto/article/view/72>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; LIMA, Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira. *Multiparentalidade e a afetividade do direito da personalidade aos alimentos: Uma análise a partir da visão do Supremo Tribunal Federal* n. Re 898.060. Revista Direito em Debate, v. 29, n. 54, p. 246-259, 2020. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/9302>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SOUSA, Ana Maria Viola de. *As novas estruturas do direito de família: relações de parentesco*. Revista Direito & Paz, v. 2, n. 33, p. 3-25, 2015. Disponível em: <https://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/566>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SOUSA, Mônica Teresa Costa; WAQUIN, Bruna Barbiei. *Do direito de família ao direito das famílias*. A repersonalização das relações familiares no Brasil. Revista de Informação Legislativa, ano 52, n. 205, jan./mar., p. 71-86, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509943/001032755.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 de jun. 2020.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Uma nova abordagem dos conflitos sociojurídicos por meio do Direito Fraternal*. Revista Direito em Debate, v. 15, n. 26, jul./dez., p. 33-56, 2006. Disponível em: <https://200.17.87.11/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/676>. Acesso em: 02 jun. 2020.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito de família* – v. 5. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TARTUCE, Fernanda. *Processo civil no direito de família: teoria e prática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. *Família, guarda e autoridade parental*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; TEPEDINO, Gustavo (org.). *Fundamentos do Direito Civil* – vol. 6: Direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TOMASZEWSKI, Adauto de Almeida. *Separação, violência e danos morais*. São Paulo: Paulistanajur, 2004.

## 'Notas de fim'

1 De forma complementar, leia-se: “O Direito de Família vem passando por diversas transformações ao longo dos anos, em especial após a Constituição Federal de 1988 e, consequentemente, com o Código Civil de 2002, destacando que este último, sob a perspectiva civil-constitucional, trouxe nova visão para o Direito, pois foi a Carta Magna a grande responsável pela mudança paradigmática e que parece possuir discussões intermináveis no âmbito desta matéria” (COSTA; LOBO, 2017, p. 1).

2 Nesta pesquisa preferiu-se adotar-se o termo “Direito das Famílias”, tendo em vista que houve uma quebra do modelo único de família, tutelando-se hoje todas as uniões e formas de se perfazer a família em seu mais amplo sentido. Posto isso, Mônica Teresa Costa Sousa e Bruna Barbieri Waquim (2015, p. 85) sustentam que não há como falar hoje em um Direito de Família - noção tradicional e singular -, mas preferem “[...] denominar este ramo do Direito Civil de Direito das Famílias, para fazer jus às conquistas no reconhecimento do conceito plurisubstantivo de família e despertar sempre a atenção para a expansão das liberdades individuais no seio da unidade fundamental à sociedade”.

3 Acrescenta-se sobre o tema, as palavras de Ricardo Lucas Calderón (2017, p. 120) que sustenta que “[...] os princípios poderiam incidir com maior ou menor intensidade em determinada situação, amoldando-se de acordo com o caso concreto em análise. Ou seja, os princípios poderiam incidir com maior ou menor intensidade, ou até mesmo não incidir, sem que isso afetasse sua estrutura ou papel no ordenamento.

4 Manoel Messias Peixinho (1999, p. 112) disserta que “[...] a liberdade do intérprete encontra seu ponto de limite nos princípios fundamentais e nos valores consagrados pela Constituição. A liberdade é sempre limitada pela Carta Magna, já que, em última análise, é o Poder Constituinte que delinea, inarredavelmente, os limites de atuação do Estado”.

5 No mesmo sentido, Máira De Paula Barreto e Valéria Silva Galdino Cardin (2007, p. 303) acrescentam que: “O princípio do melhor interesse da criança/adolescente, como o princípio da dignidade da pessoa humana, não informa somente o direito de família, mas todo o ordenamento jurídico. Ainda não é ideal a priorização do melhor interesse da criança nos sistemas jurídicos, em geral. Porém, há de se reconhecer um significativo avanço nas últimas décadas, nesse sentido”.

6 Nesse sentido, Ana Carolina Brochado Teixeira (2005, p. 6) elenca em sua obra que: “[...] o vocábulo autoridade é muito mais condizente com a concepção atual das relações parentais, por melhor traduzir a ideia de função, e ignorar a noção de poder. Já o termo parental traduz melhor a relação de parentesco por excelência presente da relação entre pais e filhos, onde advém a legitimidade apta a embasar a autoridade”.

7 Acrescenta-se o ensinamento de Maria Berenice Dias (2017b, p. 35): “O mais saliente adjetivo que os alimentos recebem é de ser um direito personalíssimo. Afinal, serve para garantir a sobrevivência de quem não tem condições de subsistir por si mesmo”.

8 Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (BRASIL, 1988).

9 Acerca desta reciprocidade envolvendo o cuidado entre os membros da família, leia-se: “O dever dos pais de sustentar os filhos deriva do poder familiar. A Constituição Federal (229) reconhece a obrigação dos pais de ajudar, criar e educar os filhos menores. Também afirma que os filhos maiores devem auxiliar e amparar os pais na velhice, carência e enfermidade. Trata-se de obrigação alimentar que repousa na solidariedade familiar entre os parentes em linha reta e se estende infinitamente. Na linha colateral, apesar do que diz a lei, é necessário guardar simetria com o direito sucessório e reconhecer que a obrigação vai até o quarto grau de parentesco” (DIAS, 2017a, p. 584).

10 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito

à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel; (BRASIL, 1988).

11 Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada. (BRASIL, 1940).

12 Para reforçar o entendimento, Eduardo de Oliveira Leite (1997, p. 228) assevera que: “A obrigação de sustento é o dever de satisfazer as necessidades vitais da criança, tais como, alimentação, moradia, educação e saúde”.

13 Nesse sentido, Carlos Roberto Gonçalves (2015, p. 506) acrescenta que: “O vocábulo ‘alimentos’ tem, todavia, conotação muito mais ampla do que na linguagem comum, não se limitando ao necessário para o sustento de uma pessoa. Nele se compreende não só a obrigação de prestá-los, como também o conteúdo da obrigação a ser prestada. A aludida expressão tem, no campo do direito, uma acepção técnica de larga abrangência, compreendendo não só o indispensável ao sustento, como também o necessário à manutenção da condição social e moral do alimentando”.

14 Revisional de alimentos. Trinômio necessidade/possibilidade/razoabilidade. Prova da modificação da situação financeira do alimentante. Dever de sustento. 1 - Na fixação dos alimentos cumpre avaliar a possibilidade do alimentante e a necessidade do alimentado, arbitrando a prestação alimentícia em valor proporcional, a teor do art. 1.694, § 1º, CC. 2 - Compete aos pais o dever de criar e educar seus filhos, dando-lhes formação moral e intelectual digna, posto que o dever alimentar abrange os gastos necessários à sua subsistência, como alimentação, vestuário, saúde, lazer, educação, dentre outros. Enquanto menores os filhos, a presunção de necessidade é absoluta, ou seja, juris et de jure. 3 - A obrigação alimentar dos avós (obrigação avoenga) apresenta natureza complementar e subsidiária, somente se configurando quando pai e mãe não dispuserem de meios para promover as necessidades básicas dos filhos. 4 - O pagamento dos alimentos à filha de leite anterior não impede advenham outros filhos da relação atual, vez que uma obrigação não exclui a outra, sendo dever dos genitores arcar com as despesas de todos os filhos, sem distinção. 5 - Não trazida prova suficiente da redução da capacidade econômico-financeira do alimentante, há de ser mantida a verba alimentar fixada na sentença hostilizada. 6 - Apelo desprovido. (TJGO, AC Nº 367619-17.2014.8.09.0175, Relatora: Beatriz Figueiredo Franco, 3ª Câmara Cível, J. 06/12/2016).

15 Artículo 3 (del art. 7) Para los efectos de decretar los alimentos cuando un menor los solicitare de su padre o madre, se presumirá que el alimentante tiene los medios para otorgarlos. En virtud de esta presunción, el monto mínimo de la pensión alimenticia que se decrete a favor de un menor alimentario no podrá ser inferior al cuarenta por ciento del ingreso mínimo remuneracional que corresponda según la edad del alimentante. Tratándose de dos o más menores, dicho monto no podrá ser inferior al 30% por cada uno de ellos. Todo lo anterior es sin perjuicio de lo dispuesto en el inciso primero del artículo 7º de la presente ley. Si el alimentante justifiicare ante el tribunal que carece de los medios para pagar el monto mínimo establecido en el inciso anterior, el juez podrá rebajarlo prudencialmente. Cuando los alimentos decretados no fueren pagados o no fueren suficientes para solventar las necesidades del hijo, el alimentario podrá demandar a los abuelos, de conformidad con lo que establece el artículo 232 del Código Civil. (LEY



19741 Art. 1º Nº 3 D.O. 24.07.2001 cuando un). (CHILE, 2000, grifo nosso).

16 Acerca do tema, leia-se: “A pensão alimentícia é considerada alternativa por conter uma modalidade dupla de prestação (CC, art. 1.701), devendo o juiz fixar a forma de cumprimento da prestação (CC, art. 1.701, parágrafo único), não se desmembrando de ser a solução mais prática e dinâmica o recebimento dos alimentos em dinheiro, com parcelas mensalmente depositadas em favor do credor, sem os costumeiros percalços decorrentes de ajustes complementares, permitindo o cumprimento da prestação alimentar in natura, com o fornecimento de gêneros, vestuário ou habitação no lugar dos recursos financeiros” (MADALENO, 2019, p. 956).

17 Art. 1.701. A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor. Parágrafo único. Compete ao juiz, se as circunstâncias o exigirem, fixar a forma do cumprimento da prestação. (BRASIL, 2002).

18 Art. 25. A prestação não pecuniária, estabelecida no art. 403 do Código Civil, só pode ser autorizada pelo juiz se a ela anuir o alimentado capaz. (BRASIL, 1968).

19 Nesse sentido, acresce-se o entendimento de Maria Berenice Dias (2017a, p. 588): “Cabe ao magistrado, caso as circunstâncias assim exigirem, estipular a maneira de cumprimento da obrigação (CC 1.701 parágrafo único). O seu poder de disposição, contudo, não cabe ser levado ao extremo de permitir a contraprestação de serviços do devedor ao credor, ou de disciplinar o modo de vida do alimentando”.

20 Nesse sentido, já decidiu a 4ª Turma do STJ que “a obrigação de o devedor de alimentos cumpri-la conforme fixado em sentença, sem possibilidade de compensar alimentos arbitrado em espécie com parcelas pagas in natura, pode ser flexibilizada para afastar o enriquecimento indevido de uma das partes” (STJ – 4ª Turma – AgInt no REsp 1.560.205/RJ – Rel. Min. Luis Felipe Salomão – Julg.: 16.05.2017 – DJe 22.05.2017).

21 HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS IN NATURA. A estipulação de alimentos na modalidade in natura, consistente no pagamento das despesas de educação, não possui liquidez para embasar execução de título judicial, mormente na modalidade coercitiva, pois não há indicação do valor devido, mas, tão-somente, uma obrigação de fazer. Por isto, a inconveniência deste tipo de fixação, que acaba, por prejudicar o beneficiário da verba, que somente poderá ser cobrada pela via ordinária. CONCEDE- RAM A ORDEM. UNÂNIME. (Habeas Corpus Nº 70075199638, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 19/10/2017).

22 HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ART. 733, CPC. A fixação de obrigação alimentar na modalidade in natura não se reveste de liquidez para embasar execução do título judicial, pois não há indicação do valor devido, mas, tão-somente, uma obrigação de fazer. Por isto, aliás, a inconveniência deste tipo de fixação, que acaba, por muitas vezes, prejudicando o beneficiário da verba. Impossibilidade de executar a obrigação in natura. CONCEDERAM A ORDEM. UNÂNIME. (Habeas Corpus, Nº 70060304250, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em: 17-07-2014).

23 AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE ALIMENTOS. Demonstrado inequivocamente que o alimentante não está cumprindo com sua obrigação in natura, de pagamento das despesas escolares (mensalidade da escola e material escolar), impõe-se sua conversão para obrigação in pecúnia, visando a salvaguardar os interesses do infante e dar maior efetividade e celeridade ao cumprimento da obrigação alimentar, visto que, conforme referido, o alimentante exerce atividade laboral remunerada com vínculo empregatício. Diante da ausência, ao menos até o momento, de elementos que permitam aferir a real capacidade financeira do agravado, adequada a fixação da pensão in pecúnia em valor equivalente a 20% da sua renda líquida (bruto menos os descontos obrigatórios da previdência social e IR), mantida a obrigação de pagamento em separado de plano de saúde e odontológico. DERAM PARCIAL PROVIMENTO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento, Nº 70055591069, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator:



Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em: 29-08-2013).

24 Art. 15. A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. (BRASIL, 1968).

25 “Processual Civil. Civil. Recurso Especial. Alimentos. Revisão. Alteração no valor da pensão. Reexame de provas. Conversão de alimentos in natura para pagamento em pecúnia. Possibilidade. Inviável discutir, na estreita via do recurso especial, fixação do valor da pensão alimentícia, ante impossibilidade de reexame de matéria fática. 2. Se os alimentos in natura compõem prestação alimentar, por força de convenção, não há o que se objetar quanto conveniência das partes amparo legal medida. 3. A variabilidade - característica dos alimentos -, além de possibilitar majoração, redução, mesmo exoneração da obrigação alimentar, também pode ser aplicada fórmula para cumprimento da obrigação que inclui a prestação de alimentos in natura, notadamente quando alimentada aponta dificuldades para usufruir dessa fração dos alimentos. 4. fim do consenso que regulava forma prestação alimentar, aliado a pedido do alimentado para que haja conversão dos alimentos natura para pecúnia, são elementos suficientes para autorizar julgador, com base no parágrafo único do art. 1.701 do CC-02, a fixar de pronto nova forma de cumprimento da prestação que deverá, prioritariamente, privilegiar o pagamento de alimentos em dinheiro. 5. Recurso parcialmente provido” (STJ. Terceira Turma. REsp. 1.284.177-DF. Relatora: Ministra Nancy Andri ghi. Julgado em 04.10.2011).

26 Desta forma, coloca-se que: “Ao fenômeno familiar, implica reconhecer um constante processo de mutação e evolução, pois é influenciado por valores variados decorrentes de circunstâncias de uma determinada época e espaço”. (BERTONCINI; PADILHA, 2017, p. 326).

27 Rozane da Rosa Cachapuz (2004, p. 76) entende que: “Cabe aos juristas, no seu papel de artífices das normas que regulam uma sociedade, apurarem, não só os seus conhecimentos legais, mas também a sensibilidade de compreenderem a triplicidade do ser humano, no seu aspecto, corpo, alma e espírito”.

28 No que se refere as questões familiares, “[...] é necessário que todos, não apenas, os expertos, mas também os legisladores, pesquisadores e os operadores do direito, até mesmo aqueles envolvidos no processo, tenham a mente aberta e permitir encontrar soluções multidisciplinares” (SOUSA, 2015, p. 23).

29 Leia-se nesse sentido: “Acredita-se, pois, que o direito civil deve interagir com as mutações da vida social, adotando método hermenêutico que o auxilie na sua interpretação e na sua realização, e isso, ao contrário do que alguns autores acusam de insegurança jurídica, é a garantia, na prática, de um sistema que se adequa no cotidiano às novas demandas da coletividade, o que deve ser acertadamente compreendido como segurança jurídica material, a partir das ideias de coerência, integridade e estabilidade” (BARROSO; JESUS; FROTA, 2020, 156-157).

30 Tradução livre: “As tendências interpretativas expostas podem servir ao desenvolvimento do trabalho dos intérpretes, uma vez que busca a racionalização e mais objetividade na tomada de decisões relacionadas a crianças e adolescentes”.

31 Desta forma, “[...] tendo em vista o objetivo constitucional de redução de desigualdades e de promoção do bem de todos, sem discriminações - conforme previsto no artigo 3º da Carta Magna -, a centralidade do dever estatal está em incidir na realidade social, promovendo direitos, de forma a que progressivamente altere-se o quadro de violação de direitos do em questão” (COSTA, 2013, p. 55).

